

Brasil - Valor Econômico

Protecionismo do Brasil começa a preocupar membros da OMC

O Brasil passou a ser um dos países a sofrer mais vigilância entre os 151 membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) por suspeita de crescente protecionismo, num cenário de tensão causado pela queda da demanda global. "O Brasil corre o risco de virar a "Geni" do Comércio internacional, levando bordoadas de todo lado", disse um importante observador próximo da OMC, resumindo a situação atual e comparando o país à personagem da música "Geni e o Zepelim", de Chico Buarque.

Relatório da OMC para os líderes do G-20 diz que a Índia, o Brasil e Rússia foram os países do grupo que mais impuseram novas medidas restritivas ao Comércio nos últimos meses, embora os três tenham também adotado várias ações de liberalização.

A OMC tem um novo mecanismo para monitorar de perto os países e pede aos governos a confirmação de medidas comerciais, sem porém fazer comentário sobre a compatibilidade ou não com as regras internacionais. Nos últimos tempos, a lista sobre o Brasil não cessa de aumentar, indo de aplicação de licença não automática a importação, passando por preferência nacional nas licitações, subsídios no crédito e aumento de tarifas.

Em outro relatório, a União Europeia aponta a Argentina e o Brasil como os dois maiores usuários de medidas protecionistas recentemente. Em comparação com 2009-2010, os europeus dizem que o Brasil está agora "ativamente" acelerando para alcançar o vizinho com "medidas inquietantes que impactam sobre o Comércio e o investimento". Além de se queixar de uma série de restrições, a UE acusa o Brasil de ter começado a aumentar tarifas de importação,

31 de Octubre de 2011 / 31 de Outubro de 2011

independentemente da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, vendo uma tendência que "vai continuar no futuro próximo".

Uma "preocupação crescente" específica dos europeus é de que o Brasil siga a Índia e aplique taxa de exportação sobre minério de ferro, afetando o suprimento do produto e fazendo o preço aumentar nos próximos meses.

Para parceiros, as restrições ao Comércio por parte do Brasil se tornaram ainda mais relevantes diante da conjuntura frágil da economia internacional. Mas também levando em conta a posição agressiva até recentemente do país com vitórias contra os Estados Unidos no caso do algodão e da União Europeia no caso do açúcar.

Quando as medidas de política industrial começaram a tomar contornos mais comerciais, incluindo reforço da defesa comercial e mais agilidade para encurtar o prazo de investigações sobre importações ditas desleais, o país passou a ser suspeito de enveredar o caminho do protecionismo.

As medidas eram consideradas, porém, da "área cinzenta". Os parceiros reclamavam sem excesso e o Brasil podia justificar com ou menos dificuldade. Porém, a alta do IPI para carros importados, em setembro, rompeu completamente a barreira. O consenso na área comercial em Genebra é de que o país dessa vez sequer teve a sutileza de esconder a inconsistência com as regras da OMC e atropelou duas delas de uma só vez, sobre benefícios vinculados a desempenho exportador e conteúdo nacional.

O Japão e a Coreia do Sul começaram o ataque contra a alta do IPI no Comitê de Acesso ao Mercado. Mais queixas virão em outros comitês e dessa vez o Brasil não poderá escapar com argumentos de procedimento e precisará dar explicações. O passo seguinte pode ser o questionamento diante dos juízes da OMC, o que pode conduzir à retaliação mais tarde.

Outra medida que "acendeu a luz" de parceiros foi a nova margem de preferência de 25% que o governo Dilma Rousseff dará para as empresas nacionais nas compras governamentais. A UE anunciará em dezembro uma nova legislação sobre

31 de Octubre de 2011 / 31 de Outubro de 2011

compras governamentais, visando sobretudo o Brasil, China e Rússia. Vai exigir reciprocidade ou do contrário também fechará seu mercado a empresas brasileiras no setor.

A credibilidade brasileira está sendo afetada em várias áreas na cena comercial. O país, antes reclamante, passou a ser questionado nos comitês de diferentes temas na OMC. O peso de seus argumentos também mudou para menos, nas discussões de preparação da conferência ministerial de dezembro e sobre o futuro das negociações da Rodada doha.

Outra constatação repartida por vários negociadores na cena comercial é de que a proposta brasileira para a OMC discutir impacto do câmbio no Comércio, apresentada em maio, está mais comprometida. Não há a menor chance de o país conseguir tão cedo apoio para levar a OMC a abrir negociação do impacto de câmbio sobre o fluxo comercial.

A ideia de antidumping cambial, para impor tarifa adicional na importação originária de parceiro com câmbio desvalorizado, não tem como decolar tão cedo. Tudo isso é visto no momento na OMC como pretexto para o Brasil impor novas medidas protecionistas.

Brasil – Istoé Dinheiro

"Brasil e Argentina vão manter o clima de conflito"

Entrevista - Dante Sica, economista da Abeceb.com

Para ele, a recuperação iniciada com a eleição do falecido presidente Néstor Kirchner, em 2003, é a base da esmagadora reeleição de sua mulher, Cristina.

Por Carla JIMENEZ - O economista argentino Dante Sica viajou ao Brasil durante os verões da década 1980, como jovem interessado em desbravar as praias do Nordeste. Hoje, como diretor da consultoria econômica Abeceb.com, trocou a mochila nas costas pelo paletó e gravata ao vir ao País com mais frequência. São ao menos sete viagens por ano para se reunir com empresários interessados na

31 de Octubre de 2011 / 31 de Outubro de 2011

Argentina. “Em 2000, havia cerca de 60 empresas brasileiras na Argentina”, diz Sica. “Hoje são pelo menos 300.” Residente em Buenos Aires, Sica seguiu carreira no serviço público e chegou a ocupar a Secretaria da Indústria no governo de Eduardo Duhalde, em 2002, no auge da crise que assolou o país. Para ele, a recuperação iniciada com a eleição do falecido presidente Néstor Kirchner, em 2003, é a base da esmagadora reeleição de sua mulher, Cristina, no domingo 23. A reeleição, avalia, é boa para o Brasil, mas não a ponto de evitar ruídos com os vizinhos. “Os dois países ainda vão manter os conflitos em debate”, diz Sica.

DINHEIRO – O que representa essa vitória tão expressiva da presidente Cristina Kirchner, com 54% dos votos, nas eleições da semana passada?

DANTE SICA – De fato, é uma supremacia muito grande, que lhe garante uma espécie de controle no Executivo e no Legislativo. Desde a volta da democracia à Argentina, é a primeira vez que temos um ciclo tão longo de um só governo, incluindo aí o seu falecido marido, Néstor Kirchner. São quase 12 anos no poder.

DINHEIRO – Os jovens, que representam um terço dos eleitores argentinos, tiveram um papel importante na reeleição de Cristina. Por quê?

SICA – Viemos de uma crise muito forte de 2001 e havia um descrédito muito grande dos jovens na política. Na década seguinte, veio a recuperação econômica, inaugurada pelos Kirchner, e vemos que os jovens estavam atentos a isso. Isso ficou muito claro com a morte do ex-presidente, em outubro do ano passado. Ali houve uma fortíssima mobilização pública, e Néstor tornou-se um ícone cultural. Há outras políticas que bateram forte no ideário juvenil, como a batalha pelos direitos humanos: os julgamentos dos remanescentes da sangrenta ditadura militar dos anos 1970 na Argentina.

DINHEIRO – Inclusive à frente de outros países, como o Brasil.

SICA – Sim, a Argentina eliminou todos os mecanismos que garantiam certa impunidade aos culpados dos crimes daquele período. Houve, ainda, a legislação que favoreceu o casamento de pessoas do mesmo sexo, uma reivindicação da juventude em busca de uma sociedade mais igualitária. A lei de meios audiovisuais,

31 de Octubre de 2011 / 31 de Outubro de 2011

que vai reduzir o monopólio do jornal El Clarín, também está sendo interpretada como uma lei que democratiza o acesso à informação. Há, ainda, ações como a recuperação de empresas públicas, que haviam sido ícones da população, como é o caso da Aerolíneas Argentinas.

DINHEIRO – Os Kirchner investiram também na recuperação de estatais?

SICA – Nós viemos de uma política dos anos 1990, em que o Estado ficou aliado da economia. Os argentinos também associam a quebra de 2001 com as políticas mais liberais. Até então, havia uma relação pragmática com o papel mínimo do Estado. Hoje, a avaliação do crescimento da Argentina contém a percepção de que o Estado tem mais participação, envolvido em questões sobre educação, previdência etc, o que impacta a matriz cultural dos argentinos.

DINHEIRO – Ou seja, os argentinos confiam no Estado.

SICA – Sim, embora saibam que há ineficiências, eles se sentem mais protegidos quando o Estado está presente na economia.

DINHEIRO – Isso acontece ao mesmo tempo em que a Argentina aumenta a atração dos investimentos diretos estrangeiros, inclusive brasileiros. Qual é a percepção dessa dinâmica?

SICA – A Argentina já teve uma forte presença do investimento direto na década de 1990. Naquela época, com a privatização, houve muito capital de Europa, Chile e EUA no setor de serviços. Hoje, ainda é menor do que naquela época, mas houve ingressos de outros países, como é o caso do Brasil.

DINHEIRO – O Brasil aumentou em 60% os investimentos diretos na Argentina entre janeiro e agosto deste ano. A que se deve esse crescimento?

SICA – Nos últimos sete anos, o Brasil ficou entre o primeiro e o segundo lugar entre os principais investidores, principalmente na indústria e em energia. E, agora, também em minério. Isso gera algum ruído em alguns mercados, como é o caso de brim, do qual as empresas brasileiras detêm 80% de participação – antigamente os dois países viviam brigando por esse mercado. Não colocaria o foco em por que há

31 de Octubre de 2011 / 31 de Outubro de 2011

tantas empresas brasileiras. Mas, sim, por que as empresas argentinas estão à venda.

DINHEIRO – Até porque esse crescimento mais acentuado dos investimentos brasileiros está se vendo agora, não?

SICA – No ano 2000, havia cerca de 60 empresas brasileiras na Argentina. Agora, devem ser mais de 300. No começo, as aquisições brasileiras eram feitas para aproveitar o mercado argentino. Depois vieram aquelas para driblar as restrições argentinas, como as licenças não automáticas. Atualmente, há o processo de internacionalização natural que as empresas brasileiras de alimentos e de construção estão vivendo. E, nos últimos dois anos, as empresas brasileiras investem na Argentina para vender no Brasil.

DINHEIRO – Para baixar custos?

SICA – Sim, os custos argentinos são mais competitivos do que no Brasil, embora a mão de obra argentina tenha custo similar, quando comparamos Buenos Aires e São Paulo, por exemplo. Porém, em termos de produtividade, a Argentina está na frente. E temos, ainda, mão de obra mais qualificada. A eletricidade também é mais barata em território argentino porque subsidiamos o custo. Com isso, é muito mais fácil e conveniente produzir na Argentina e vender para o Brasil. Esse modelo é muito claro no segmento automotivo. De cada 100 carros produzidos, somente 36 ficam na Argentina. A Fiat argentina, por exemplo, tem 80% da produção voltada para o Brasil. Isso começa a ser visto também em outros segmentos, como têxtil de calçados.

DINHEIRO – O Brasil teve vários incidentes com a Argentina, que barrou produtos brasileiros na alfândega neste ano. Isso chegou a ser visto como parte do jogo eleitoral, para fortalecer a candidatura de Cristina. O quadro tende a se normalizar agora?

SICA – O governo argentino utilizou todos os instrumentos que tinha à disposição para proteger o mercado interno e fortalecer sua indústria, uma prática que foi adotada por todos os países desde a crise de 2008. De alguma maneira, os

31 de Octubre de 2011 / 31 de Outubro de 2011

resultados obtidos, como o aumento dos investimentos produtivos, mostra que a estratégia foi acertada. O Brasil também faz isso, com a proteção mercado de automóveis, por exemplo, ou da indústria têxtil.

DINHEIRO – Mas então não haverá mais zonas de atrito e tensão entre os dois países?

SICA – Veja, neste ano poderemos ter um fluxo comercial de US\$ 23 bilhões entre os dois países. Quando se chega a um comércio dessa magnitude, com mais de 20 anos de integração, existem problemas. E sempre que há a ausência de políticas corretivas, para corrigir assimetrias, haverá embates. Se havia sintonia política entre o ex-presidente Lula e o ex-presidente Néstor Kirchner, sem dúvida haverá sintonia entre os governos das presidentes Dilma e Cristina, embora o ponto de equilíbrio do Mercosul esteja aquém do desejado. Desde 2002, avançamos na integração política, social e até energética, mas pouco em questões de integração econômica. Acho que houve alguns desgastes recentes, e a tendência dos dois países é continuar defendendo seus interesses. Será uma relação de discussão e embates em torno das políticas de proteção. Os conflitos vão continuar sobre a mesa.

DINHEIRO – Como é, hoje, a relação da Argentina com a China?

SICA – A China é um dos principais mercados de exportação para produtos primários. Atualmente, 90% das exportações argentinas para o mercado chinês se restringem a sete produtos, como óleo de soja. De nossa parte, 99% do que importamos são produtos industrializados. É muito difícil competir com uma nação que tem mão de obra abundante e barata. Têxteis, máquinas e calçados são os segmentos mais sensíveis. Mas cada vez mais outros começam a ser afetados, como o automotivo. E o governo argentino tinha uma política que se preocupava em brechar fortemente a invasão asiática. De 150 mecanismos antidumping, 101 estavam concentrados na China. Até que um dia os chineses revidaram e, alegando barreiras sanitárias, brecharam as exportações argentinas. Isso aconteceu no ano passado.

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

7

31 de Octubre de 2011 / 31 de Outubro de 2011

DINHEIRO – Como as companhias argentinas lidam com a necessidade de financiamento, uma vez que o calote recente fechou o acesso ao crédito externo?

SICA – A Argentina precisa, necessariamente, acabar de fechar seu histórico do calote de 2002 para poder ter acesso, de novo, ao mercado de crédito internacional. A última conta que ainda temos é com o Clube de Paris. Temos uma ótima taxa de investimento, de 23% do PIB, mas para manter o crescimento de 5% a 6% , sem pressões inflacionárias, precisamos aumentá-la em dois ou três pontos percentuais.

DINHEIRO – A inflação, que está hoje em dois dígitos, é um dos desafios da presidente Cristina nesse novo mandato. Quais outros o senhor listaria?

SICA – Há duas agendas importantes, uma de curto e outra de médio prazo. A de curto prazo é a inflação. A Argentina precisa voltar a organizar sua política macro, corrigi-la. A inflação alta faz perder competitividade, afeta as contas fiscais e o setor externo. Há margem de manobra para fazer uma política gradual e não de choque. E há a agenda de médio prazo, de competitividade. Ver onde estão os gargalos nas cadeias produtivas, trabalhar na questão da produtividade sistêmica, da infraestrutura.

Paraguay – ABC Color

Debatieron más la crisis de Europa que trabas al comercio en Mercosur

Los presidentes pasaron más tiempo debatiendo la crisis económica europea que las violatorias trabas al comercio que aplican Argentina y Brasil en el Mercosur. España y Portugal impusieron su necesidad en la XXI Cumbre Iberoamericana ante el silencio latinoamericano.

El presidente del gobierno español, José Luis Rodríguez Zapatero, instaló el tema de la crisis económica europea en la cumbre, con el objetivo de justificar la reducción de las ayudas hacia Latinoamérica y algunas acciones contra los migrantes.

31 de Octubre de 2011 / 31 de Outubro de 2011

Zapatero pintó un panorama alarmante para las economías europeas, especialmente para Grecia, insistió en la necesidad de profundizar la integración para enfrentar una debacle.

Los presidentes latinoamericanos incorporaron también el discurso de la crisis europea e ignoraron las trabas comerciales que reiteradamente aplican los grandes países de la región a los más pequeños.

Se esperaba que el presidente paraguayo, Fernando Lugo, condenara la actitud de Argentina y Brasil, principalmente, por las innumerables y violatorias trabas comerciales que aplican a los productos paraguayos de exportación. En cumbres anteriores, Lugo se mostraba cauteloso al criticar a Argentina y Brasil porque sus respectivos presidentes se encontraban en la misma sala. Pero en esta oportunidad, ni Cristina Fernández viuda de Kirchner ni Dilma Rousseff asistieron a la XXI Cumbre Iberoamericana, situación ideal para lanzar duras críticas contra las actitudes mezquinas de los socios grandes del Mercosur.

El Tratado de Asunción, que dio nacimiento al Mercosur el 26 de marzo de 1991, garantiza la libre circulación de mercaderías, bienes y servicios, pero este principio suscrito por los cuatro presidentes de Paraguay, Argentina, Brasil y Uruguay no se cumple, lo que da a pensar que no hay voluntad política de los denominados socios grandes para profundizar la integración. Lo que en realidad existe es una actitud mezquina, que busca cuidar primero lo interno que crecer juntos, como siempre se pregona en los discursos.

Mucha lírica

La Declaración de Asunción, que es el documento final consensuado por los presidentes y los jefes de delegaciones de los países iberoamericanos, contiene mucha lírica, expresiones de deseos, que en el terreno poco se reflejan.

Y sigue la pobreza

A modo de ejemplo, se vuelve a reiterar la necesidad de combatir la pobreza, un viejo tema instalado desde los inicios de la cumbre, pero con escasos resultados.

31 de Octubre de 2011 / 31 de Outubro de 2011

Según un informe conjunto elaborado por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal) y el Centro de Desarrollo de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE), presentado durante la XXI Cumbre Iberoamericana, se reveló que uno de cada tres latinoamericanos vive en la pobreza. Es decir, unas 180 millones de personas.

¿Y la corrupción?

Aunque el estudio no lo indica, una de las causas principales es el mal gobierno, el excesivo proselitismo de los políticos por encima del bienestar nacional, la corrupción, las trabas comerciales, entre otros factores. El informe sugiere invertir más en educación, tecnología, infraestructuras y el aumento de la presión tributaria.

DD.HH. en Cuba

La cumbre condenó el bloqueo económico y financiero de los Estados Unidos de América a Cuba, pero no menciona las violaciones a los derechos humanos por parte del régimen castrista en la isla caribeña.

Paraguay – ABC Color

Ingreso de Venezuela genera desconfianza

El diputado de Patria Querida Carlos Soler admitió ayer que es llamativo el repentino interés de un grupo de legisladores liberales de reflatar el ingreso de Venezuela al Mercosur. Ratificó que su partido como bloque está en contra de la inclusión del gobierno de Hugo Chávez.

El ingreso de Venezuela al Mercosur sigue generando fricciones en el Congreso.

Ayer el diputado Carlos Soler (PQ), vicepresidente primero de la cámara, manifestó su desconfianza con relación al repentino apuro que tiene un grupo de legisladores liberales de insistir en tratar el protocolo de inclusión de Venezuela al Mercosur.

31 de Octubre de 2011 / 31 de Outubro de 2011

“No sé, no entiendo por qué de pronto se reflota el tema como si fuera algo nuevo. No hay ningún elemento, al menos que yo sepa, que amerite traer de vuelta a discusión el tema”, remarcó el legislador.

El jueves último el diputado Pedro González (PLRA) pidió que se trate esta semana una declaración en la que se urge el tratamiento del protocolo de adhesión de Venezuela al Mercosur. El texto fue retirado de la Cámara de Senadores por el Ejecutivo a inicios de año para evitar que sea rechazado por los senadores, pero podría ser remitido de vuelta en los próximos días.

Soler indicó que es más que llamativo que esto se plantee cuando la semana pasada la senadora liberal Zulma Gómez haya denunciado a su colega Ramón Gómez de ofrecer 100.000 dólares para votar a favor del ingreso de Venezuela al bloque regional. “Este apuro a mí al menos me hace pensar muchas cosas”, insistió.

Dijo también que es inexplicable cómo pretendemos apoyar el ingreso de un país más al bloque regional si el Paraguay no es siquiera tenido en cuenta y se le hacen grandes desaires como la ausencia masiva de los socios en la última cumbre iberoamericana.

González pidió tratar el ingreso de Venezuela porque podría ser un punto nuevo para acordar con el presidente Fernando Lugo y terminar las fricciones.

Paraguay – La Nación

Mercosur y la Cumbre Iberoamericana

El Mercosur no está acabado, pero sí está en un estado que necesita un replanteamiento. Y sobre todo necesita un cambio de actitud de nuestro país, para hacer valer el peso que le otorga ser uno de los socios del bloque, ya que de lo contrario pasaríamos a ser nada más que un número muerto entre tres países que apuntan alto, y muy alto.

Y sí. Culminó la Cumbre Iberoamericana, y el Paraguay vuelve a la normalidad. De nuevo “la pobreza” podrá volver a verse por las calles, y volverán las peleas con

31 de Octubre de 2011 / 31 de Outubro de 2011

miras al 2013. Fuimos por unos días el centro de atención internacional, aunque nuestros más cercanos vecinos y ¿socios?, de nuevo nos hicieron el vacío. Aunque esta vez no fue la primera, sobre todo de parte de los más “grandes” del Mercosur, pero sí se unió a ellos el país más pequeño del bloque.

Mucho tiempo se hablará, por lo menos en Paraguay, de la ausencia en la Cumbre Iberoamericana de los presidentes (en este caso de las presidentas) de Brasil (Dilma Rousseff) y Argentina (Cristina Fernández), y del jefe de Estado uruguayo (José “Pepe” Mujica), como también por un “tiempito” habrá voces que llamen a dejar el bloque, para apuntar con exclusividad hacia otros rumbos, léase Unasur.

Pero en lo que respecta con exclusividad al Mercosur, hay muchas cosas que no se están haciendo bien, o por lo menos, nuestros socios mayoritarios no están haciendo bien, por lo que valdría la pena pensar en un replanteo de la sociedad, claro, eso si por lo menos tenemos intenciones de, en algún momento, hacernos fuerte en la región. De los cuatro integrantes del bloque, Paraguay no es el país más pequeño, pero sí el más pobre, el que menos recursos dispone, y en consecuencia, es el más marginado (¿boicoteado?).

Y es cierto, no será una tarea sencilla tomar una decisión con relación al bloque, pero en algún momento habrá que dar el paso. Hay señales claras de que seguiremos siendo marginados, y la ausencia de Dilma, Cristina y Mujica, a la Cumbre que culminó el sábado, es una de ellas. La traba por parte de la Argentina, para la venta de energía al Uruguay, es otra de las señales. Y en materia de comercio exterior, la situación no cambia para nada.

Por eso conviene hacer una sincera evaluación para ver hasta qué punto fue positiva la Cumbre Iberoamericana, sobre todo si no participaron los principales socios del Paraguay, con quienes nuestro país tiene varios temas pendientes por conversar. Ver si valió la pena preparar un megaevento, si al final, los países con quienes tenemos, supuestamente, intereses comunes nos hicieron el vacío.

Sin embargo, no es menos cierto que nuestra condición mediterránea nos obliga a depender mucho de nuestros vecinos, por lo que salir del bloque tampoco sería

31 de Octubre de 2011 / 31 de Outubro de 2011

una solución. Pero habrá que encontrar el camino para no quedar aprisionados en medios de países que cada día se ven mas potenciados en todos los sentidos.

El Mercosur no está acabado, pero sí está en un estado que necesita un replanteamiento. Y sobre todo necesita un cambio de actitud de nuestro país para hacer valer el peso que le otorga ser uno de los socios del bloque, ya que, de lo contrario, pasaríamos a ser nada más que un número muerto entre tres países que apuntan alto, y muy alto.

Lugo, o el presidente que viene, debería ser el artífice de que el Paraguay tenga peso propio en este bloque regional. Pero lo cosa no debe ir mas allá del 2013.

Uruguay – El País

Los ajustes tras la reelección

La economía argentina creció a un ritmo no menor al 8,5% anual en los primeros tres trimestres de este año tras hacerlo a una tasa promedio similar en cinco años anteriores con excepción de 2009.

Los aumentos de salarios han superado a la inflación real, no a la oficial y el aumento de la capacidad de compra de las retribuciones laborales se ha complementado con una caída muy significativa del tipo de cambio real, que ha permitido adicionar capacidad de compra de bienes transables, tanto exportables como importables. Los precios internacionales de los commodities agrícolas han tenido un comportamiento, hasta hace relativamente poco tiempo, que ha permitido recaudaciones muy importantes de los tributos a sus exportaciones. Se agregó a ello la decisión oficial de terminar con el régimen privado de las administradoras de fondos de jubilaciones y pensiones y de retornar la recaudación que ellas efectuaban al ámbito público. También se sumó al fisco el aporte tributario -en realidad las contribuciones en dinero- de los bancos oficiales.

Estas acciones permitieron una multiplicación por diez del gasto público en menos de ocho años. Entre esos gastos están las erogaciones por sucesivos planes de

31 de Octubre de 2011 / 31 de Outubro de 2011

apoyo pecuniario a ciertos sectores de la población y los subsidios a numerosas actividades para evitar que suban sus precios, aunque de todos modos la inflación real estimada entre 20 y 30% en los últimos tres años, ha sido superior al 8-9% que indica el gobierno. Con la inflación real en esos niveles, validada por fuertes variaciones anuales en la cantidad de dinero, hoy en 40%, y reprimida con numerosos precios máximos y con el tipo de cambio nominal subiendo a un ritmo sumamente menor, la competitividad ha declinado fuertemente. Esto ha llevado a nuevas distorsiones, en este caso comerciales, y se han prohibido de hecho importaciones, se ha entrado en la moda del intercambio compensado y se desconoce, se pasa por alto de manera creciente lo pactado en el Mercosur sobre el intercambio comercial de bienes.

Esa realidad, que será difícil mantener en el futuro tras las elecciones de la semana pasada, es lo que ha permitido la reelección presidencial de Cristina Fernández. Su triunfo, con más del 53% de los votos ha sido sumamente amplio; el segundo candidato más votado no ha llegado al 18% del total de los sufragios. En consecuencia, más de la mitad de los electores argentinos espera que la presidenta les guíe, económicamente, del mismo modo y con los mismos o mejores resultados que los logrados hasta el presente. Y también algunos uruguayos aguardan que la situación se prolongue de modo que los desaciertos pasados y presentes de la administración de gobierno de la nación hermana, como la introducción de impuestos sobre las exportaciones del agro, el atraso cambiario y las tasas de interés reales negativas mantengan, el primero, la revolución productiva en nuestro campo, y el segundo y el tercero el turismo fuerte de estación y las inversiones inmobiliarias respectivamente.

AJUSTES PROBABLES. En todo año electoral, las políticas macroeconómicas en los países del Río de la Plata tienen componentes que buscan la continuidad de la administración que ejerce el poder. Este año no ha sido la excepción en la Argentina y la represión de variables macroeconómicas fundamentales, que solo puede ser temporal, ha abundado al tiempo que el gasto público se ha exacerbado. Por ello será necesario un sinceramiento de dichas variables que, de no realizarse de modo que sea una normalización suave, en cierto lapso puede culminar en un acomodamiento traumático.

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

14

31 de Octubre de 2011 / 31 de Outubro de 2011

Se deberá recuperar al tipo de cambio real, cuya caída ha sido muy fuerte en los últimos dos años al emplearse al tipo de cambio nominal como instrumento antiinflacionario. El mercado financiero ya anticipa este acomodamiento cambiario y lo refleja en una salida de capitales a la que se responde con reservas del Banco Central que, por supuesto, son finitas. Se trata de una fuga de capitales que en un mes, provocó la duplicación de la tasa de interés de referencia. En consecuencia, si no hay ajuste cambiario, esa tasa de interés seguirá en aumento, tratando de desviar la demanda de moneda extranjera hacia la moneda local y tendrá una influencia negativa sobre el nivel de actividad.

En materia fiscal se deberá ir a un progresivo recorte del gasto público por varios motivos. En primer lugar, porque ya la gestión financiera del gobierno central presenta un desequilibrio negativo que es difícil financiar si no es con crédito del Banco Central, esto es, con emisión de moneda, la cual ya marcha a un ritmo muy alto y subirlo comprometería aún más el aumento del nivel general de precios. Desde hace un tiempo el gobierno central recibe financiamiento inflacionario de la autoridad monetaria, el que se disfraza señalando que es la contribución a la Tesorería por sus utilidades. El desequilibrio fiscal tiende a aumentar cuando se considera que los ingresos tributarios están amenazados a seguir por debajo de lo que fueran desde hace varios años, debido a la fuerte reducción de los precios de los commodities de los últimos dos meses, lo que reducirá la recaudación de los impuestos sobre sus exportaciones.

Para evitar mayores presiones inflacionarias no cabe otra solución fiscal que reducir el gasto público y el recorte de las erogaciones debe pasar por varias áreas, alguna de las cuales le ha sido redituables a Cristina Fernández para su reelección: los programas de apoyo social. Pero asimismo, deberá haber recortes en la política de subsidios, todos orientados a compensar a los productores para evitar el aumento inexorable de sus precios.

También la política monetaria debería ser restrictiva, ya que de lo contrario las presiones inflacionarias se tornarían sumamente altas. El ritmo actual de expansión de la cantidad de dinero se debe contraer y debe existir una liberalización de precios, hoy controlados o con topes máximos por debajo de los precios de

31 de Octubre de 2011 / 31 de Outubro de 2011

equilibrio que registrarían en el mercado. De lo contrario, se agudizarán los problemas de oferta que se notan en sectores importantes como el energético, eléctrico y de combustibles, pero también en otros sectores de la economía.

En la nueva administración, el proteccionismo con restricciones no arancelarias, con prohibiciones de hecho de importar numerosos productos y los requisitos de exportar para compensar importaciones, deberían desaparecer, sobre todo en el caso de las corrientes comerciales en el Mercosur. Pero será difícil que ello ocurra rápidamente ante un ajuste como el que se impone para evitar una crisis cambiaria y altísima inflación.

El cambio de rumbo macroeconómico del país vecino parece inevitable. La nueva combinación de políticas, restrictivas la fiscal y la monetaria, y devaluación en el caso de la cambiaria, provocarán una fuerte desaceleración de la actividad económica que se sentirá en este lado del charco.